

Herbert José de Souza

Coleção FAZER/1

Orientação editorial:
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
(IBASE)

Livros da coleção:

- Como se faz Análise de Conjuntura —
Herbert José de Souza
- Como se faz para sobreviver com um salário mínimo —
Ana Lagôa
- Como se faz uma Comunidade Eclesial de Base —
Dom Luis Fernandes
- Como cuidar de bebês — Maria Tereza Maldonado
- Como trabalhar com o povo — Clodovis Boff
- Como se faz Humor Político — Henfil
- Como se faz a indústria do vestíbular — Sonia Guimarães
- Como se faz um Presidente da República —
Rubem de Azevedo Lima
- Como se faz para sobreviver sem emprego —
Telmo Wambier
- Como fazer movimento ecológico e defender a natureza
e as liberdades — Carlos Minc
- Como se faz literatura — Affonso Romano de Sant'Anna
- Como se faz a luta de bairros — Jó Rezende

Próximos títulos a serem lançados:

- Como se monta a informação — Regina Festa
- Como defender os seus direitos — Herman Baeta
- Como se faz um golpe de Estado — René Dreifuss
- Como se faz a luta no campo — Memélia Moreira
- Caso você tenha alguma sugestão de assunto e
autor para a Coleção Fazer
escreva para os seguintes endereços:
IBASE — Rua Vicente de Souza, 29 — CEP 22251 —
Botafogo, RJ
Editora Vozes — Rua Frei Luís, 109 — CEP 25600 —
Petrópolis, RJ

COMO SE FAZ ANÁLISE DE CONJUNTURA

3ª Edição



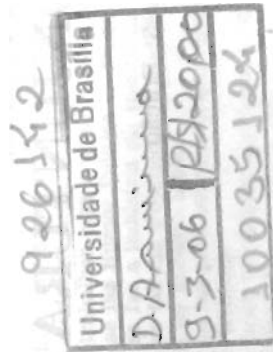
Petrópolis
1985

© 1984, Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100
25600 Petrópolis, RJ
Brasil

Diagramação
Valdecir Mello

Sumário

- Introdução, 7
- 1 Algumas categorias para a análise da conjuntura, 9
 - 2 Sistema do capital mundial. Dados gerais, 19
 - 3 Sistema do poder político transnacionalizado, 25
 - 4 Formas de controle político, 33
 - 5 Estratégias em jogo, 39
 - 6 Quadro atual, 43
 - 7 Campos de confronto, 47
 - 8 Um método prático de fazer análise de conjuntura com os movimentos populares: a representação da conjuntura, 51



32:001.8

S.725-c

3. ed.



Editora Vozes
1981

Introdução

No momento em que toda a sociedade brasileira acompanha ativamente o desenrolar dos acontecimentos políticos, fica evidente que não basta apenas estar com a leitura dos jornais em dia para entender o que está ocorrendo. No volume de informações que é veiculado todos os dias é necessário identificar os ingredientes, os atores, os interesses em jogo. Fazer isso é fazer análise de conjuntura.

Na verdade a todo momento e em relação às mais variadas situações fazemos "análises" de conjuntura sabendo ou não, querendo ou não: quando decidimos sair de casa, sair do emprego, entrar num partido, participar de uma luta política, casar, colocar o filho num colégio, evitar ou buscar uma brisa, descansar ou ficar atento, em todas essas situações, tomamos decisões baseadas em uma avaliação da situação vista sob a ótica de nosso interesse ou necessidade. Nessas decisões levamos em conta as informações que temos, buscamos nos informar, avaliamos as possibilidades, fazemos hipóteses de desenvolvimento dos fatos, das reações possíveis das pessoas ou dos

grupos, medimos a "força" ou o perigo de nossos eventuais "inimigos" ou dos "perigos" e, a partir desse conjunto de conhecimentos, informações e avaliações, tomamos nossas decisões.

A análise da conjuntura é uma mistura de conhecimento e descoberta, é uma leitura especial da realidade e que se faz sempre em função de alguma necessidade ou interesse. Nesse sentido não há análise de conjuntura neutra, desinteressada: ela pode ser objetiva mas estará sempre relacionada a uma determinada visão do sentido e do rumo dos acontecimentos.

A análise da conjuntura é não somente parte da arte da política como é em si mesma um ato político. Faz análise política quem faz política, mesmo sem saber.

Mas a análise da conjuntura é uma tarefa complexa, difícil e que exige não somente um conhecimento detalhado de todos os elementos julgados importantes e disponíveis de uma situação determinada, como exige também um tipo de capacidade de perceber, compreender, descobrir sentidos, relações, tendências a partir dos dados e das informações.

Não deixa de ser surpreendente que para uma atividade tão importante como é o de analisar e acompanhar o desenvolvimento da situação política e econômica de um país falte a elaboração de teorias e métodos específicos. O texto que segue visa oferecer alguns elementos metodológicos para se analisar a realidade política e perceber mais claramente a conjuntura.

Algumas categorias para a análise da conjuntura

Para se fazer análise de conjuntura são necessárias algumas ferramentas próprias para isso. São as categorias com que se trabalha:

acontecimentos

cenários

atores

relação de forças

articulação (relação) entre "estrutura" e "conjuntura".

Cada uma destas categorias merece um tratamento à parte, mas no conjunto elas poderiam ser estudadas como elementos da "representação da vida" ou uma peça de teatro. Essas categorias, por exemplo, foram utilizadas por Marx em seu estudo da revolução francesa, no "18 Brumário", que constitui um dos mais brilhantes estudos de uma situação política (uma conjuntura) já realizados.

Tentemos ver um pouco mais o sentido de cada uma.

lugar policiado vai verificar que a conjuntura está ruim para ele naquele dia, a mãe que chega na praça com seu filho vai pensar o contrário.

A importância da análise a partir dos acontecimentos é que eles indicam sempre certos "sentidos" e revelam também a percepção que uma sociedade ou grupo social, ou classe tem da realidade e de si mesmos.

Identificar os principais acontecimentos num determinado momento, ou período de tempo, é um passo fundamental para se caracterizar e analisar uma conjuntura.

b) Cenários

As ações da trama social e política se desenvolvem em determinados espaços que podem ser considerados como cenários. Ouvimos sempre falar nos cenários da guerra, cenários da luta. O cenário de um conflito pode se deslocar de acordo com o desenvolvimento da luta: passar das ruas e praças para o parlamento, daí para os gabinetes ministeriais e daí para os bastidores... Cada cenário apresenta particularidades que influenciam o desenvolvimento da luta e muitas vezes o simples fato de mudar de cenário já é uma indicação importante de uma mudança no processo. A capacidade de definir os cenários onde as lutas vão se dar é um fator de vantagem importante. Quando o governo consegue deslocar a luta das praças para os gabinetes já está de alguma forma deslocando as forças em conflito para um

a) Acontecimentos

Devemos distinguir fato de acontecimento. Na vida real ocorrem milhares de fatos todos os dias em todas as partes mas somente alguns desses fatos são "considerados" como acontecimentos: aqueles que adquirem um sentido especial para um país, uma classe social, um grupo social ou uma pessoa.

Alguém pode cair de um cavalo e isso se constituir somente num fato banal, mas se esta é a queda de um presidente, provavelmente será um acontecimento. O nascimento do filho de um rei é um acontecimento para o país, o nascimento do filho de um operário é um acontecimento para a família. O beijo pode ser um fato comum mas o beijo de Judas foi um acontecimento.

Existem ocorrências que se constituem em "acontecimentos" tais como greves gerais, eleições presidenciais (principalmente se são diretas...), golpes militares, catástrofes, descobertas científicas de grande alcance. Estas ocorrências por sua dimensão e seus efeitos afetam o destino e a vida de milhões de pessoas, da sociedade em seu conjunto.

Na análise da conjuntura o importante é analisar os acontecimentos, sabendo distinguir primeiro fatos de acontecimentos e depois distinguir os acontecimentos segundo sua importância. Essa importância e peso são sempre relativos e dependem da ótica de quem analisa a conjuntura, porque uma conjuntura pode ser boa para alguém e péssima para outros: um ladrão que chega num

campo onde seu poder é maior. Daí a importância de identificar os cenários onde as lutas se desenvolvem e as particularidades dos diferentes cenários.

Numa ditadura militar os cenários do poder e da luta contra esse poder serão necessariamente diferentes dos cenários de uma sociedade democrática. Numa, talvez o quartel; noutra, o parlamento, as ruas e as praças.

c) Atores

Outra categoria que podemos usar na análise da conjuntura é a de atores.

O ator é alguém que representa, que encarna um papel dentro de um enredo, de uma trama de relações. Um determinado indivíduo é um ator social quando ele representa algo para a sociedade (para o grupo, a classe, o país), encarna uma idéia, uma reivindicação, um projeto, uma promessa, uma denúncia.

Uma classe social, uma categoria social, um grupo podem ser atores sociais.

Mas a idéia de "ator" não se limita somente a pessoas ou grupos sociais. Instituições também podem ser atores sociais: um sindicato, partidos políticos, jornais, rádios, emissoras de televisão, igrejas.

d) Relação de forças

As classes sociais, os grupos, os diferentes atores sociais estão em relação uns com os outros. Essas relações podem ser de confronto, de coexistência, de cooperação e estarão sempre revelando uma relação de força, de domínio, igualdade ou de subordinação. Encontrar formas de verificar a relação de forças, ter uma idéia mais clara dessa relação é decisivo se se quer tirar conseqüências práticas da análise da conjuntura. Algumas vezes essa relação de forças se revela através de indicadores até quantitativos, como é o caso de uma eleição: o número de votos indicará a relação de forças entre partidos, grupos e classes sociais.

Outras vezes devemos buscar formas de verificação menos "visíveis": qual é a força de um movimento social ou político emergente? Como medir o novo, aquilo que não tem registros quantitativos?

Outra idéia importante é a de que a relação de forças não é um dado imutável, colocado de uma vez por todas: a relação de forças sofre mudanças permanentemente e é por isso que a política é tão cheia de surpresas: um candidato, um empresário, um partido político podem achar que mantêm uma relação de superioridade e quando são chamados a demonstrar sua "força" percebem que a relação mudou e que a derrota ou vitória devem ser explicadas depois...

e) Análise de fatos, eventos tendo como pano de fundo as "estruturas", ou articulação entre estrutura e conjuntura

A questão aqui é que os acontecimentos, a ação desenvolvida pelos atores sociais, gerando uma situação, definindo uma conjuntura, não se dão no vazio: eles têm relação com a história, com o passado, com relações sociais, econômicas e políticas estabelecidas ao longo de um processo mais longo. Uma greve geral que marca uma conjuntura é um acontecimento novo que pode provocar mudanças mais profundas, mas ela não cai do céu, ela é o resultado de um processo mais longo e está situada numa determinada estrutura industrial que define suas características básicas, seu alcance e limites. Um quadro de seca no Nordeste pode marcar uma conjuntura social grave, mas ela deve ser relacionada à estrutura fundiária que, de alguma maneira, interfere na forma como a seca atinge as populações, a quem atinge e como.

A isso chamamos relacionar a conjuntura (os dados, os acontecimentos, os atores) à estrutura.

Além de considerar essas categorias, existem outras indicações que devem ser levadas em conta para se fazer uma análise de conjuntura.

É fundamental perceber o conjunto de forças e problemas que estão por detrás dos acontecimentos. Tão importante quanto apreender o sentido de um acontecimento é perceber quais as

forças, os movimentos, as contradições, as condições que o geraram. Se o acontecimento aparece diretamente à nossa percepção este pano de fundo que o produz nem sempre está claro. Um esforço e um cuidado maiores devem então ser feitos para situar os acontecimentos e extrair deles os seus possíveis sentidos.

Procurar ver também os sinais de saída para o "novo", o não-acontecido, o inédito. Tão importante quanto entender o que já está acontecendo é estar atento aos sinais dos fenômenos novos que começam a se manifestar.

Buscar ver o fio condutor dos acontecimentos. Não se pode afirmar a priori que todos os acontecimentos "acontecem" dentro de uma lógica determinada, seguindo um enredo predeterminado. Na realidade, os processos são cheios de sentidos e dinâmicas que escapam ou não estão subordinados a determinações lógicas. Isto, no entanto, não nos impede de procurar, de pesquisar o encadeamento, a lógica, as articulações, os sentidos comuns dos acontecimentos. Quando somos capazes de perceber a lógica interna de uma determinada política econômica ficará mais fácil entender o sentido dos decretos, das ações e até mesmo das visitas dos ministros do Planejamento....

Existem duas leituras possíveis dos acontecimentos ou dois modos de ler a conjuntura:

— a partir da situação ou do ponto de vista do poder dominante (a lógica do poder);

— a partir da situação ou do ponto de vista dos movimentos populares, das classes subordinadas, da oposição ao poder dominante.

De modo geral as análises de conjuntura são conservadoras: sua finalidade é reordenar os elementos da realidade, da situação dominante, para manter o funcionamento do sistema, do regime. Uma análise feita tendo como pressuposto uma correção de rota, mas não de direção fundamental. Esse tipo de análise parte do ponto de vista do poder dominante e, de certa forma, determinar-se-á não somente a seleção dos acontecimentos e atores a serem analisados, como atribuirá a estes acontecimentos um sentido afinado com os interesses das classes dominantes. Todo acontecimento é uma realidade com um sentido atribuído, não é um puro fato, mas um fato lido e visto por interesses específicos.

Partir do ponto de vista dos movimentos populares não é, obviamente, inventar situações, acontecimentos e correlações de forças que beneficiem o campo popular ao nível da fantasia e da imaginação dos analistas interessados. É partir dos acontecimentos social e historicamente determinados, existentes, concretos, mas percebê-los, analisá-los sob a ótica dos interesses das classes subordinadas, dado que toda análise de conjuntura só adquire sentido quando é usada como um elemento de transformação da realidade.

A análise de conjuntura deve levar em conta as articulações e dimensões locais, regionais, nacionais e internacionais dos fenômenos, dos acontecimentos, dos atores, das forças sociais.

A importância dos elementos na análise de conjuntura depende de cada situação, de relação ou posição num contexto mais amplo e mais permanente.

A análise de conjuntura de modo geral é uma análise interessada em produzir um tipo de intervenção na política; é um elemento fundamental na organização da política, na definição das estratégias e táticas das diversas forças sociais em luta.

Uma questão chave na análise de conjuntura é a percepção da complexidade e da dificuldade em determinar relações de causalidade de tipo unilinear, simples. Existe um elemento constante de imprevisibilidade em relação à ação política: sua existência, seus efeitos, suas causas. A ação política é em si mesmo um elemento da realidade política: é a base da possibilidade de transformações, de mudança, do surgimento do novo. Falar de uma lógica da ação é falar também de sua imprevisibilidade.

As categorias “estratégia” e “tática” são também instrumentos úteis para a análise da ação dos diferentes atores sociais. É possível buscar identificar as linhas gerais de ação, as estratégias em pregadas por estes atores sociais para conseguir realizar seus objetivos. Poderíamos definir estratégia como a articulação, a definição de um conjunto de meios, de forças, de elementos tendo em vista realizar objetivos gerais ou “projetos” mais globais que respondem a interesses e objetivos sociais, econômicos e políticos de determinadas forças ou classes sociais.

Se na estratégia observamos os objetivos e linhas de ação mais gerais, na tática observamos os meios e formas particulares, concretas de ação, tendo em vista a realização de estratégias determinadas. Nem sempre, porém, um acontecimento, ou um conjunto de ações aparentemente articuladas entre si constituem uma tática ou uma parte de uma estratégia. Na sociedade, no processo social, o que acontece não tem que ver necessariamente com uma lógica ou um plano estabelecido. Só as teorias conspirativas ou "estruturalistas" da história acreditam nisso. Por isso as análises de conjuntura deveriam estar sempre abertas à descoberta de várias possibilidades e alternativas.

Sistema do capital mundial.

Dados gerais

É importante relacionar a conjuntura com os elementos mais permanentes, mais estruturais da realidade e levar em conta as dimensões locais, regionais, nacionais e internacionais da realidade.

O sistema do capital mundial se constitui no pano de fundo do processo econômico, social e político que se desenvolve em nosso país. O sistema do capital mundial não determina todos os acontecimentos de nossa realidade, mas seguramente ele é um elemento condicionante do conjunto dos acontecimentos que definem o nosso processo histórico. Neste sentido, é fundamental ter uma idéia global de suas características e das formas concretas através das quais a realidade está relacionada a este sistema.

DESCRIÇÃO DO SISTEMA DO CAPITAL MUNDIAL

As empresas transnacionais são a ponta avançada do capitalismo contemporâneo, elas se caracterizam principalmente:

- pelo uso da tecnologia mais avançada;
- pela capacidade fantástica de produzir bens sofisticados;
- em escala de massa e a nível mundial.

A lógica do capital transnacional não é a maximização do uso da ciência na produção para atender às necessidades do conjunto da sociedade, mas a maximização dos lucros.

O desenvolvimento do sistema transnacional de produção aprofunda ainda mais e em escala mundial as contradições do modo de produção capitalista:

- concentração dos bens de produção sob o controle de uma minoria;
- concentração da riqueza nas mãos de pequenas parcelas da população;
- acirramento da competição entre as formas oligopólicas e não-oligopólicas e entre os grandes oligopólios entre si no interior e através de sua existência nas diferentes nações do mundo.

Uma noção fundamental é que o capital mundial não é igual à soma das corporações, das empresas transnacionais existentes no mundo ou no interior dos países, é um sistema produtivo articulado em escala mundial sob a liderança das grandes corporações e bancos transnacionais:

- este capital mundial (o sistema produtivo mundial) submete a seu processo e integra a milhares de unidades produtivas (empresas) de tamanho médio e pequeno, independentemente de sua localização geográfica, nacionalidade ou propriedade;
- nas montadoras de auto por exemplo, o produto final, o carro, é propriedade das transnacio-

nais, mas as peças de tais carros são produzidas (cadeia produtiva) por milhares de pequenas e médias empresas de autopeças;

- um aparelho de TV é decomposto em 10.000 peças, produzidas por milhares de empresas que se submetem ao sistema produtivo de algumas poucas montadoras transnacionais.

As empresas transnacionais estão concentradas nos países capitalistas desenvolvidos. Mais de 2/3 dos investimentos transnacionais estão concentrados nestes países.

Este sistema se realiza no interior das nações, orienta, reorienta, determina o sentido, o estilo, os limites do desenvolvimento das nações.

Articula-se, sob formas determinadas, até mesmo com os países e economias socialistas. Muitas empresas transnacionais produzem hoje no interior dos países socialistas através de contratos realizados entre os governos e as empresas.

LIMITES E CONTRADIÇÕES DO SISTEMA DO CAPITAL MUNDIAL:

- o processo de acumulação assenta-se sobre a exploração do trabalho pelo capital: contradição entre proprietários dos meios de produção em escala mundial e força de trabalho viva organizados e definidos a nível nacional.

Dai o confronto decorrente de exploração dos capitais mais débeis pelos mais fortes, agora estabelecendo-se a nível mundial.

Outro aspecto importante é a contradição entre as necessidades e vocação mundial das transnacionais e os limites e necessidades nacionais das sociedades onde operam. O capital não tem compromisso com o nacional, com o partido, com as realidades e necessidades definidas a nível local ou nacional. Sua vocação é universal; quer o mundo como seu limite. As nações, os países devem organizar as respostas às suas necessidades locais, nacionais e aí reside inclusive a base de legitimidade de seus sistemas econômicos e políticos.

A lógica da acumulação definida a nível mundial não corresponde, portanto, a lógica de acumulação definida no interior de um país. Para poder existir nos espaços nacionais, no entanto, o capital mundial necessita do consentimento do poder político de cada país. Deste fato decorrem em grande medida as contradições existentes entre as instâncias de poder a nível mundial e os Estados nacionais transnacionalizados. Há uma articulação contraditória do poder político em escala mundial e nacional.

Para o capital transnacional, que planeja e opera tendo em vista o longo prazo, a estabilidade dos regimes é um fator essencial.

Outra contradição básica é a que se estabelece entre as funções do Estado em relação às necessidades populares e um Estado transnacionalizado, cuja ordem e lógica internas transcendem o espaço nacional. Os Estados nacionais passam a desempenhar uma dupla função transnacional e nacional — da qual decorrem novos problemas relativos à acumulação e à legitimidade.

Como legitimar um Estado nacional que não tem como objetivo central atender os interesses nacionais?

O processo de transnacionalização exerce pressões visíveis no sentido de: mudar o papel do Estado na economia, ora ampliando sua intervenção direta, ora fazendo-a diminuir. Centraliza o poder estatal no executivo, aprofunda as crises de legitimidade afetando os mecanismos tradicionais de constituição e definição do poder do Estado.

ALGUNS DADOS SOBRE O BRASIL E O PROCESSO DE TRANSNACIONALIZAÇÃO

— O capital transnacional é um dos principais atores de nossa economia política. Ele está presente em posição estratégica nos setores fundamentais da economia. Controla os setores industriais mais dinâmicos e praticamente determina a natureza e os rumos de nosso processo econômico.

— A dívida externa de 100 bilhões de dólares é um problema do sistema financeiro mundial e corresponde de certa forma a um “crédito” interessante e em função do desenvolvimento transnacionalizado. É um sinal da força do sistema financeiro mundial e da debilidade do sistema político brasileiro que foi praticamente ocupado e submetido ao FMI.

— A dívida externa brasileira de certa forma é, portanto, um indicador do grau de transnacionalização da economia brasileira.

— A transnacionalização capitalista torna evidente e acentua ainda mais as desigualdades econômicas

e sociais: os níveis salariais, o leque salarial no interior do Brasil e entre o Brasil e outros países, mesmo entre os subdesenvolvidos, mostram uma situação de extrema desigualdade. A diferença salarial entre o trabalhador brasileiro e um americano pode chegar a 10x1. Cerca de 70% da população brasileira não são mercado para os produtos das transnacionais, particularmente os inais sofisticados. Mas mesmo assim existe um mercado de 10 a 15 milhões de brasileiros para as transnacionais que operam no Brasil.

A transnacionalização da economia e da política é um fenômeno que caracteriza o processo brasileiro de forma global e determina o rumo de seu desenvolvimento. Como o Estado transnacionalizado teve que se impor à Nação e se divorciou dela, daí derivam as grandes questões políticas e a origem de suas crises. O Estado brasileiro está sendo dirigido por atores políticos que não têm condições de se apresentar clara e diretamente à sociedade, porque respondem aos interesses do grande capital transnacional instalado no país. A história política de Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen e Delfim Netto ao longo desses 20 anos ilustra esse ponto. Enquanto essa situação perdurar será problemático institucionalizar o poder do Estado. Nacionalizar o Estado passou a ser uma questão fundamental e nova. Tão nova que para muitos esta proposta pode parecer sem sentido, já que não se consegue pensar um Estado que não seja nacional, por definição. A realidade ultrapassou a definição e a transnacionalização redefiniu a natureza dos Estados nacionais.

transnacionalizado *Sistema do poder político*

E artificial separar o econômico do político. O ato de produzir é também um ato político. O capital é uma relação social de produção. Por isso é importante perceber o contexto econômico e político como duas dimensões de um mesmo fenômeno global. Devemos falar, portanto, de um sistema do capital mundial que existe porque também é um sistema de poder político transnacionalizado, que submete os Estados nacionais a sua dinâmica, limites e contradições.

No sistema de poder transnacionalizado o Estado passa por uma série de transformações políticas e de modo geral se caracteriza por seu caráter centralizado, desnacionalizado, tecnocrático e repressivo sob diferentes formas.

Como é um Estado nacional mas está submetido a uma lógica de acumulação transnacionalizada, a questão central deste Estado passa a ser a da legitimidade e, portanto, o de sua incapacidade de institucionalizar-se pelas vias liberais e, particularmente, sua institucionalização através dos processos eleitorais.

100 35124

★ O Estado é praticamente reduzido ao Poder Executivo federal.

Centralizado e tecnocratizado o Estado passa a exercer o seu poder através de decisões autoritárias, com base no uso direto da força ou no recurso visível à coerção armada (Forças Armadas) e no uso intensivo dos meios de comunicação de massa sob o controle direto e indireto do Estado. O monopólio da produção e difusão da informação, em mãos das grandes redes de TV e sob controle do Estado, definem um tipo de poder político que também escapa às análises convencionais. Trata-se do poder de "construir o real", de definir o real, de incluir e excluir atores, forças sociais no quadro do real apresentado a milhões de pessoas. As coisas, os acontecimentos, as pessoas, os movimentos sociais, as idéias, as propostas, as alternativas existem, ou não, através de um único canal, na ponta do qual se coloca a vontade de um grupo, classe e Estado. Na outra ponta milhões de pessoas recebem o pacote de imagens que se pretende passar como a realidade inquestionável.

Neste Estado transnacionalizado, divorciado do país, desaparece a divisão tradicional dos poderes: executivo, legislativo, judiciário. No Brasil principalmente a partir de 1964, o legislativo apresentou milhares de projetos de lei sem conseguir transformá-los em lei, enquanto o executivo passou a legislar por decreto.

Da transnacionalização do sistema de poder político e do Estado decorre a impossibilidade de controlar o poder executivo através de

mecanismos políticos sensíveis às suas bases nacionais e populares.

Neste quadro os movimentos e partidos populares são submetidos à lógica das leis de segurança nacional e o povo é identificado como inimigo potencial da Nação. As manifestações dos movimentos populares são tratadas como manifestações agressivas do inimigo do Estado.

Os processos eleitorais de modo geral são banidos, por tempo fixado segundo os cálculos do poder dominante, ou controlados e manipulados de forma a não ameaçar o núcleo central do poder executivo.

Os parlamentos, onde se refletem de certo modo os interesses nacionais e populares, capitalistas ou não, são transformados em instâncias decorativas, chamados a legalizar os atos do poder executivo ou serem marginalizados do sistema de poder.

CONTROLE ESTATAL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

Essa é uma outra dimensão das transformações do Estado transnacionalizado em suas formas autoritárias e que merece uma atenção especial:

— a informação é apropriada pelo Estado como elemento fundamental de poder;

— são os setores dominantes que geram as imagens correntes do país e do mundo;

— desenvolve-se o monopólio do executivo na produção e difusão das informações, a partir das quais a realidade é pensada sem mecanismos de controle público sobre a qualidade ou a veracidade destas informações;

— a produção dos dados é em grande medida privilégio do Estado. A estatística deixa de ser confiável para ser uma arma política;

— o Estado, sem fiscalização e controles democráticos, determina quem somos, que produzimos, quanto ganhamos e prognostiga como será nosso futuro;

— a sociedade civil é pensada como reflexo do Estado, e se vê muitas vezes incapaz de contrapor-se aos dados produzidos e manipulados pelo Estado.

Os movimentos de oposição real ao regime são tratados segundo os princípios da guerra e não da política. Não há jogo político, mas guerra política.

As instituições militares são colocadas na direção da política do Estado por força da lógica da ordem, sem serem as que realmente dirigem as opções e os destinos do país. Assumem como profissionais da guerra e da ordem do Estado transnacionalizado, caindo prisioneiros da lógica de um sistema que na verdade os dirige.

Em um Estado transnacionalizado as lideranças militares que dirigem o poder político se afastam da sociedade nacional, do Povo e da Nação.

CONTRADIÇÕES DESTE SISTEMA

Este sistema de fato tão poderoso apresenta, no entanto, contradições que trabalham no sentido de sua superação histórica. A primeira sendo a perda da soberania nacional.

Impotente frente aos centros de decisão econômica e política do sistema transnacionalizado, como Estado nacional ele não pode abdicar de suas funções nacionais e não pode atendê-las.

O Estado passa a promover as condições para que a transnacionalização se dê e administra suas crises já que é incapaz de determinar o tipo de desenvolvimento conveniente às necessidades e potencialidades do país.

Através da retórica dos grandes projetos “hóspedes” de interesses transnacionais, o Estado operacionaliza grandes investimentos internacionais que são no entanto apresentados como projetos nacionais ou programas nacionais de desenvolvimento.

A perda da soberania nacional se dá em várias dimensões: econômica, política, tecnológica, cultural e militar. Por isso também o nacionalismo militar aparece como um perigo para os interesses transnacionalizados.

A PERDA DA SUBSTÂNCIA POPULAR

Como a lógica do sistema é concentradora, elitista e tecnocrática, o Estado não consegue camuflar suas políticas econômicas e sociais

antipopulares. Enquanto nos países capitalistas avançados o Estado ainda consegue, apesar das crises, responder a certas necessidades de bem-estar social, nos países de capitalismo atrasado, o Estado transnacionalizado assume características perversas em relação a suas políticas sociais, o que aprofunda a distância entre o Estado e a sociedade civil.

A deslegitimação crescente do poder nacional frente às maiorias nacionais provoca um amplo movimento de resistência e reorganização da sociedade civil.

Surgem novas formas de organização que conquistam espaços de poder fora do Estado, emergem movimentos populares com conteúdo e formas novas.

PERDA DA SUBSTANCIA DEMOCRÁTICA

A essência da crise do Estado é a questão da democracia, que se torna um pólo catalisador, unificador dos movimentos sociais.

A luta pela democratização das estruturas de poder e a negação do Estado transnacionalizado passa a unificar e a orientar a estratégia global de transformação da sociedade e do Estado.

Setores majoritários da sociedade civil se organizam desvinculados e em oposição ao Estado, e dessa oposição nasce a negação da ordem autoritária e a proposta democrática.

A questão da democracia passa a ser o eixo unificador da questão nacional e popular: a

conquista da democracia é uma condição essencial para a realização das aspirações nacionais e populares.

As formas autoritárias dos Estados transnacionalizados variam de ditaduras militares e regimes "civis" com forte presença das forças armadas na retaguarda da ordem, o que não varia é sua contradição com a democracia.

As formas de controle político são mecanismos existentes em cada formação social com o objetivo de manter a estabilidade e a ordem dos regimes. O conhecimento dessas formas é um elemento importante na análise da conjuntura por que elas atuam de forma permanente e nem sempre são visíveis à nossa percepção.

COERÇÃO ECONÔMICA

O Estado e as empresas controlam os diferentes grupos sociais e particularmente as massas assalariadas através da coerção econômica. Para sobreviver é necessário assalariar-se, portanto, submeter-se ao poder econômico do Estado ou dos proprietários privados dos bens de produção.

Há inúmeros mecanismos e formas de coerção econômica que funcionam nesse sentido dentro da sociedade, controlados pelo Estado, por certas instituições da sociedade civil e pelas empresas: impostos, taxas, salários.

MECANISMOS DE CONTROLE SOBRE A ORGANIZAÇÃO SOCIAL

O Estado estabelece as regras e as normas do que é permitido ou é proibido existir como organização social.

Os sindicatos operários são permitidos, mas suas atividades são regulamentadas por lei, pelo Estado e não pela vontade livre dos operários. Da mesma forma os partidos políticos, as escolas, as universidades, as empresas e a maioria das organizações de serviços, as editoras, os meios de difusão de massa, são todos organizações regulamentadas pela ação do Estado. Exemplo: as leis sobre sindicato.

Da mesma forma o Estado proíbe a existência de outras organizações e atividades que são consideradas ilegais, criminosas ou subversivas.

Desta forma o Estado trata de "organizar e "desorganizar" a sociedade civil segundo os interesses dos grupos ou classes dominantes, como se essa vontade transformada em lei representasse a vontade de todos e em benefício de todos.

O Estado também interfere nos mecanismos de representação social e política da sociedade, definindo as regras e as condições da representação, isto é, estabelecendo as formas legais através das quais os diferentes atores ou sujeitos sociais se constituem institucional e politicamente, e escolhem e elegem os seus dirigentes. Está claro

que a essa pretensão do Estado não corresponde necessariamente a capacidade de controlar e definir todos os atores e sujeitos sociais, que escapam ao seu controle e se constituem numa espécie de sociedade submersa.

MECANISMOS IDEOLÓGICOS DE RESIGNAÇÃO/ MEDO: DUAS FORMAS FUNDAMENTAIS DE CONTROLE SOCIAL.

A resignação é um dos mecanismos mais eficientes de controle social porque ele se estabelece no interior, na subjetividade do próprio sujeito social, seja ele indivíduo ou classe social. Aceita-se a ordem social, suas leis, seus mecanismos, seus horizontes como algo inevitável e que não tem como nem por que sofrer mudanças. Se existe miséria é porque assim tem que ser, é parte do destino de cada um, é a vontade de Deus.

Através da resignação, a vítima se transforma em carcereira de si própria, daí sua eficiência como arma de dominação. Através da resignação a ordem se perpetua e afasta do horizonte qualquer possibilidade ou desejo de mudança.

Na nossa história social e política milhões de pessoas foram trabalhadas por esse mecanismo ideológico, principalmente através de certa ideologia religiosa que ensinava os pobres a sofrerem com paciência na terra para se transformarem em herdeiros da felicidade no céu. É claro que enquanto isso os ricos viviam a felicidade na terra e nem por isso eram excluídos da felicidade eterna. O desenvolvimento capitalista com toda a parafernália consumista e as transformações mais recentes no pensamento religioso, particularmente

através da teologia da libertação, minaram as bases da resignação e o regime passou a reforçar um outro mecanismo de controle ideológico: o medo

Se na resignação a dominação era internalizada na própria vítima, no medo é necessário criar a idéia de um perigo, ameaça, inimigo poderoso ou força sem limites que se coloca fora e por cima da vítima. Os grupos sociais ou as pessoas atacadas pelo medo ficam paralisadas enquanto sentirem que esse inimigo externo os ameaça. Mas refomarão os movimentos quando esse inimigo desaparecer. Daí que o regime que usa o terrorismo, o medo como arma de controle social deve estar sempre criando as situações de medo, inventando perigos, explorando as situações de ameaça, para manter acesa a chama do medo nas pessoas.

CONTROLE DA INFORMAÇÃO

A forma de controle social talvez mais eficiente na sociedade moderna é a informação. Num país continental como o Brasil, o Estado tem sob seu controle uma fantástica rede nacional de informações (TV, rádios, jornais, revistas), articulada às redes internacionais e submetida à Lei de Segurança Nacional, à Lei de Imprensa e às pressões fiscais e financeiras. O Estado, por outro lado, é produtor exclusivo e sem controle por parte da sociedade de informações econômicas, financeiras, sociais e políticas através dos órgãos produtores de estatísticas e de todo o aparato

de "inteligência" militar (Escola Nacional de Informações, Serviço Nacional de Informações, Censuramar, CIE, CIA e dezenas de outros).

Neste contexto a identificação destas agências produtoras de informação e dos interesses que elas representam é uma tarefa importante para a leitura adequada da conjuntura. Os órgãos de inteligência trabalham com um sentido de "guerra" na produção de informação e de contra-informação, onde o que interessa é o objetivo que o órgão persegue e não a existência do fato, onde predomina a manipulação do dado e não sua veracidade.

Num regime autoritário é difícil saber se o editorial de um grande jornal está sendo escrito por um órgão de inteligência, uma agência de publicidade ou uma grande empresa transnacional.

No Brasil este sentido de manipulação já atingiu o IBGE e lançou uma onda de descrédito sobre as estatísticas básicas do país.

A democratização do Estado, do regime, passa pela democratização de todas as agências e instituições, civis e militares, estatais e privadas que produzem a informação, dado que informação é poder e produzir informação é produzir as condições da existência e exercício do poder político.

As idéias que apresentamos a seguir constituem apenas um pequeno exercício de análise das estratégias em jogo e que podemos considerar como uma das formas mais interessantes de se fazer uma análise de conjuntura, porque a idéia de estratégia serve para se identificar as intenções dos grupos e classes sociais e tentar descobrir os sentidos mais globais dos acontecimentos e da ação de diferentes atores.

Como se trata apenas de um exemplo, vamos dispensar maiores análises e ficemos somente com o esquema que identifique as estratégias existentes no grupo dirigente no poder, grupo dirigente fora do poder e oposição e movimentos populares.

A análise poderia ser organizada através do seguinte esquema:

- A) As estratégias dos dois setores ou tendências existentes no grupo dirigente no poder seriam:
- a) Abrir para governar. Linha liberal e institucionalizante. A estratégia desse grupo é a de tentar

institucionalizar a ordem autoritária mesmo que para isso tenha que usar um processo de abertura política que amplie os espaços democráticos e possibilite um desenvolvimento mais livre das lutas sociais. O governo Castelo encarna esse tipo de estratégia, representando um dos grupos dirigentes no poder do Estado.

b) Fechar para governar. Linha dura e golpista. Partindo do princípio de que sua única base de sustentação no poder é a coerção policial-militar este grupo dirigente teme a abertura acima de tudo e adota o golpe como estratégia permanente de sustentação no poder.

c) Princípio fundamental das duas tendências: não alternância do poder.

d) Essência da estratégia do grupo dirigente no poder face à sucessão, que é quando a questão da alternância se coloca: dominar os fatos/fatores de modo que não se altere o colégio eleitoral que decidirá a sucessão até 1991.

B) Setores dirigentes fora do poder:

— lideranças políticas liberais;
— empresários: querem expressão política;
— estratégia fundamental: lutar contra o grupo dirigente no poder no sentido de ampliar os espaços para sua representação no poder do Estado: abrir para participar da direção do Estado. Co-administração do poder.

a) Até a fusão do PMDB e PP estes setores estavam representados basicamente no Partido Popular.

b) Depois da fusão voltaram a se incorporar no PMDB.

C) Oposições e movimentos populares.

Três tipos de estratégia que podem co-existir!

a) Defensiva:

— está presente, dominante nos movimentos populares e partidos de oposição;
— os movimentos procuram defender-se dos ataques, das situações graves;
— pensam nos meios de defesa; evitam ficar a descoberto;
— não têm proposta de ataque nem alternativa à estratégia dominante.

b) Reativa:

— é uma estratégia que se dá mais ao nível da oposição política;
— diante da iniciativa, da ação do governo, faz outra diametralmente oposta;
— reações: dançam segundo a música do governo.

c) Alternativa:

— é uma estratégia que toma iniciativa no plano político;
— tem uma ação própria, com importância original;
— existe mais ao nível da prática que da formulação;
— exemplos no campo do poder local: Lages e Boa Esperança;
— CEBs: organização, formação e participação delas;

— tais experiências retecem o tecido social;
— uma estratégia alternativa expressa uma visão e uma vontade de transformação global da sociedade; não parece ser ainda a estratégia dominante nos movimentos populares e na oposição brasileira, que fica mais a nível da resistência e da posição puramente reativa às iniciativas do governo.

6 Quadro atual

A aspecto importante na análise da conjuntura é a de caracterizar as questões centrais que estão colocadas em evidência na luta social e política num período determinado. Estas questões fazem parte do debate dos partidos políticos, dos sindicatos, dos movimentos sociais em geral e estão refletidas na grande imprensa. As notas que seguem constituem apenas um exemplo concreto de composição de um quadro da situação.

a) Preocupações centrais do governo:

- crise econômica, dívida externa, recessão;
- crise social, desemprego;
- sucessão;
- negociações com o FMI.

b) Grandes projetos:

- há 33 grandes projetos em curso cujos investimentos totais ultrapassam os 200 bilhões de dólares;

— elemento fundamental da conjuntura econômica atual: continuidade ou descontinuidade dos grandes projetos. Alguns projetos estão paralisados, outros projetos surgiram, sem que a sociedade tivesse condições de participar dessas decisões ou mesmo do debate sobre eles.

c) Questão operária:

— profundas transformações na classe operária;
— em a um, cinco milhões de operários empregados diretamente nas transnacionais;
— no sistema transnacionalizado talvez o dobro;
— o desemprego, a rotatividade e a crise econômica têm dificultado o desenvolvimento das lutas sindicais;
— provável modificação em profundidade da CLT com o objetivo de implantar a negociação direta entre patrões e empregados e o sindicato por empresa.

d) Questão agrária:

— reformulação da estrutura fundiária: via grandes projetos agropecuários;
— repressão sobre os movimentos de ocupação de terra. Transformação da questão fundiária em problema de segurança nacional com a criação do Ministério de Assuntos Fundiários (General Venturini);
— aprofundamento da contradição entre Igreja e Estado em relação a propostas políticas e sociais

relativas à situação das populações rurais e à questão fundiária;

— desenvolvimento das lutas sociais no campo, ocupações, invasões, luta pela terra, por melhores salários e pela garantia dos direitos trabalhistas.

e) Questão eleitoral:

— ponto central para o governo: fazer o sucessor do atual presidente adaptando o método ao objetivo, as leis ao interesse dos grupos dominantes no poder;
— os partidos de oposição, agora nos governos estaduais, vivem as agruras da co-administração da crise;
— reforma constitucional e eleitoral.

f) Conflito com a Igreja:

— a posição de setores importantes da Igreja está deslegitimando o regime e as bases de sustentação do governo.

A caracterização das questões centrais constituem às vezes um ponto de partida para se aprofundar a análise da conjuntura. Seria necessário verificar quais as questões mais importantes, como elas se relacionam e quais os desenvolvimentos possíveis de cada uma delas e suas repercussões mais gerais.

Campos de confronto

Um outro aspecto a ser considerado numa análise de conjuntura é a identificação dos campos de confronto existentes num determinado momento e que caracterizam os tipos de oposição e os conflitos entre os diferentes atores sociais. A identificação dos campos de confronto é importante também para a análise da correlação de forças porque o enfoque é basicamente o do conflito. A título de exemplo poderíamos identificar na realidade brasileira atual os seguintes campos de confronto:

a) Estado e sociedade:

- estatização da política, do poder;
- resistência da sociedade. Autonomia relativa da sociedade diante do Estado. Indicadores desse processo: as múltiplas formas de organização popular, sindicatos, CEBs, sociedades amigos de bairro, cooperativas, etc. e a discussão cada vez mais generalizada da questão da democracia.

b) Estado e partidos políticos:

- sistema do poder estatiza os partidos, isto é, tenta transformá-los em meros apêndices do estado através de uma legislação partidária que estabelece um campo global de intervenção do Estado por vias legais. A lei orgânica dos partidos é um verdadeiro AI 5 sobre a autonomia dos partidos.
- partidos buscam sua autonomia frente ao Estado e sua articulação com a sociedade civil.

c) Estado e Igreja:

- ponto de referência para a leitura do conflito: lutas concretas;
- essência do conflito:
- concepção totalitária do Estado: não alternância do poder;
- concepção de democracia da Igreja: necessidade de participação, liberdade;
- os setores mais avançados da Igreja tornam-se centro articulador de visões alternativas no seu pensamento e nas suas práticas.

d) Estado e empresários:

- Estado defende fundamentalmente os interesses dos grandes empresários; do capital transnacional ou transnacionalizado;
- setores empresariais discordam da forma como seus interesses são atendidos;
- faltam-lhes mecanismos de comunicação confiáveis e mais estáveis com o Estado;

- reclamam do fechamento do poder;
- querem um modo liberal de defender seus interesses;

— o grande capital trabalha com horizonte mais largo: 15 a 20 anos, e um Estado imprevisível, autoritário, dificulta tais pretensões.

e) Estado e Militares:

- setores duros; visão totalitária do político; visão nacionalista de direita da economia;
- setores dominantes no governo: liberal-internacionalistas;
- grupos existentes: ESG, EMFA, comunidade de informação; grupos em torno de lideranças ou organizações militares.

f) Estado e forças políticas internacionais:

- Brasil (transnacionalizado) tem interesses na África, América Latina: política pragmática;
- motor dessa política: busca de mercados para a exportação (setor internacionalizado);
- liberalização brasileira sofre influência da liberalização internacional;
- mantêm conflitos parciais e importantes com EUA.

g) Estado e movimentos populares:

- onde tudo é Estado, tudo que é movimento é confronto com o Estado;

- o Estado atua no sentido de desenvolver ao máximo os seus mecanismos de cooptação;
- há um descongelamento da sociedade civil;
- há um desenvolvimento da organização autônoma da sociedade e um processo de mobilização e de politização das práticas sociais em confronto com o Estado.

8

Um método prático de fazer análise de conjuntura com os movimentos populares: a representação da conjuntura

Uma forma concreta de se fazer uma análise de conjuntura em reuniões organizadas com os movimentos populares é a de representar a situação através de um exercício de "teatro" realizado pelos próprios participantes. Este método já foi aplicado em várias situações com êxito porque possibilitou uma reflexão coletiva sobre a realidade.

Os passos para se organizar esse tipo de análise seriam os seguintes:

1. Levantar as grandes questões do momento e listá-las num quadro-negro, com a participação de todos.
2. Identificar e selecionar as forças sociais que estão diretamente envolvidas nestas grandes questões.
3. Identificar e selecionar os atores (pessoas, lideranças) que representam estas forças sociais.
4. Escolher entre os participantes as pessoas que irão representar estes atores sociais.
5. Dispor estas pessoas num palco improvisado e organizar um debate "público e aberto" entre esses atores como se estivessem falando para o



conjunto do país, debatendo suas idéias e confrontando suas posições.

6. O debate será livre e sem nenhum tipo de direção e de intervenção do plenário. Pode ter um tempo de 20 minutos e será interrompido para que logo depois se faça uma avaliação do que "aconteceu" na representação e comparar isso com o que acontece na realidade.

As experiências realizadas com este método foram muito interessantes tanto pelo que foi produzido como análise coletiva da conjuntura, como pela tomada de consciência dos participantes sobre o seu nível de informação e conhecimento da realidade. A representação é reveladora também das atitudes básicas que temos sobre as diferentes forças sociais que atuam na luta política e o quanto estamos ou somos influenciados pela informação e ideologia dominantes.

Petrópolis

MÁTRIZ:
Rua Frei Luís, 100
25000 Petrópolis, RJ
Tel.: (024)243-3123 - End. Telefônico: VOZES
CNPJ nº 07.000.000/0001-04 - Inscr. Est. 80.847.030
COC 31.127.301/0001-04

FILIAIS:

Rio de Janeiro

Rua Senador Dantas, 118 - Loja 1 - (Largo da Carlota)
20031 Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (021)220-6445

Rio de Janeiro

Rua Joaquim Pelharias, 227 - Fundos - (Estádio de Sá)
20260 Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (021)273-3186

São Paulo

Rua Senador Feijó, 159 e 169
01009 São Paulo, SP
Tels.: (011)32-6950, 36-2064 e 36-2288

São Paulo

Rua Madrook Lobo, 520 - (Ao lado do Colégio São Luiz)
01141 São Paulo, SP
Tels.: (011)259-0311, 256-0161 e 256-0351

Bragança Paulista

Av. São Francisco de Assis, 218
12500 Bragança Paulista, SP
Tel.: (011)433-3975

Bel. Horizonte

Rua Tupiá, 85 - Loja 10
30080 Belo Horizonte, MG
Tels.: (051)226-0955 e 226-5383

Belo Horizonte

Rua Alameda, 1583 - (Ao lado do Colégio D. Calbrai)
30000 Belo Horizonte, MG
Tels.: (031)222-4152 e 226-5838

Porto Alegre

Rua Ramiro Barcelos, 390 - (Junto à Igreja Santa Teresinha)
90000 Porto Alegre, RS
Tel.: (051)21-6522

Porto Alegre

Rua Riachuelo, 1280
90000 Porto Alegre, RS
Tel.: (051)21-6564

Brasília

CLR/Norte - O. 704 - Bloco A - Nr. 15
70730 Brasília, DF
Tel.: (061)223-2436

Recife

Rua dos Coelhos, 485 - (Boa Vista)
50000 Recife, PE
Tels.: (081)222-6981 e 221-4100

Recife

Rua da Concórdia, 167
50000 Recife, PE
Tel.: (081)224-3924

Curitiba

Rua Alfereis Póli, 52
80000 Curitiba, PR
Tel.: (041)233-1382

Fortaleza

Av. Tristão Gonçalves, 1155 - Centro - (Ao lado da Igreja S. Benedito)
60000 Fortaleza, CE
Tel.: (085)231-9321



Num mundo em que os meios de comunicação despejam sobre as pessoas diariamente, minuto a minuto, uma carga enorme de informação, fica cada dia mais difícil encontrar tempo e instrumentos para uma reflexão sobre a realidade que nos cerca. O volume de fatos, dados, informações é de tal ordem e tal é o ritmo da vida moderna que sem um método organizado, a tendência é nos transformarmos em meros receptáculos de dados sem sentido.

O livro de Herbert José de Souza vem preencher justamente essa lacuna de método para o entendimento da realidade. A proposta é a análise de conjuntura, onde atores, cenários, elementos da cena, elementos dos bastidores da cena são destacados, colocados no seu papel devido e apresentados de tal forma que permita a quem procura entender o mundo que o cerca selecionar o que é relevante, o que traz conseqüências, o que se liga a que, situando fatos e atores nas suas devidas dimensões.

O autor: *Herbert José de Souza*, sociólogo e cientista político, fundador do IBASE, ex-professor do Programa de Doutorado em Economia da Universidade Nacional Autónoma do México, co-fundador da Latin American Research Unit (LARU), Toronto, Canadá e da Unidade de Investigación Latinoamericana (UILA), México.



ATENDEMOS PELO REEMBOLSO POSTAL 2044-3



Como se faz Análise de Conjuntura

Herbert José de Souza

COMO SE FAZ ANÁLISE DE CONJUNTURA Herbert José de Souza Coleção FAZER/1

32:1
S72
3. et
B1

20-401 & S725c.3.ed.